



PROCESSO DE ANÁLISE SOBRE DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS: BENEFÍCIOS FINANCEIROS E MERCADOLÓGICOS

ARTIGO ORIGINAL

RIBEIRO, Viviane Pinto Alves¹

RIBEIRO, Viviane Pinto Alves. **Processo de análise sobre demonstrativos contábeis: benefícios financeiros e mercadológicos**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 08, Ed. 04, Vol. 01, pp. 49-91. Abril de 2023. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/demonstrativos-contabeis>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/demonstrativos-contabeis

RESUMO

Diante do panorama mercadológico continuamente mais multinacionalizado e concorrente, as empresas necessitam de seus administradores maior celeridade nos processos decisórios, uma vez que a rapidez de resposta e a objetividade poderão ser decisivas em um cenário de êxito ou de falha. A busca por subsídios é de relevância extrema. Sob tal prisma, pesquisas conduzidas no setor deverão ser consultadas, bem como a gerência de administração e de comercialização, as quais deverão ser analisadas, de modo que o processo de tomada de decisões coadune com a situação experimentada pela corporação. É possível afiançar que o processo decisório, na rotina empresarial, é uma operação intrincada, a qual, efetivamente, é identificada como uma forma de expressão artística, haja vista que, afora levar em conta dados técnicos, é dependente em considerável monta da intuição do administrador na interpretação do negócio e do panorama interior da corporação, no propósito de estabelecer o rumo mais acertado a ser trilhado. A área contábil, partindo de evidências contábeis, e, maiormente, mediante a adoção de procedimentos analíticos quanto aos demonstrativos contábeis, é capaz de ofertar dados financeiros e econômicos de forma estratégica, elevando a eficácia e posicionando, no mercado, de forma mais adequada, a empresa. Considerando-se tal panorama, salienta-se o problema de pesquisa a seguir: qual é a relevância da elaboração dos demonstrativos contábeis para o adequado funcionamento financeiro e econômico de uma empresa? No que concerne à hipótese, defende-se que as corporações mais rentáveis fazem uso de análises detalhadas acerca de



suas demonstrações contábeis com o propósito de detectar determinadas informações associadas a mudanças de mercado, com vistas a objetivos a curto, médio e longo prazo e, especialmente, levando em consideração questões referentes ao ambiente externo e interno. O objetivo geral da presente pesquisa é examinar a dimensão da elaboração de demonstrativos contábeis com o intuito de um melhor desempenho da empresa. Quanto aos objetivos específicos, definiram-se: investigar acepções e questões técnicas acerca dos demonstrativos contábeis; averiguar pontos importantes acerca da gestão financeira; refletir sobre os atributos associados ao valor da controladoria em empresas; ponderar acerca dos benefícios da avaliação dos demonstrativos contábeis com vistas a aumentar a efetividade e a concorrência de empresas diante do mercado. Nesse estudo, adotou-se a metodologia da revisão bibliográfica narrativa (revisão de literatura). Como resultado, pode-se observar que a contabilidade gerencial auxilia os gestores na tomada de decisões e é um sistema de informação vital para o sucesso da empresa, principalmente nas de pequeno porte. Por meio da análise dos demonstrativos contábeis, são coletadas informações mais claras e assertivas, contribuindo para a melhor gestão.

Palavras-chave: Contabilidade, Demonstrativos contábeis, Gestão em finanças, Procedimentos analíticos, Processo de análise financeira.

1. INTRODUÇÃO

A análise das demonstrações contábeis é um instrumento que permite avaliar de forma mais extensa a evolução dos negócios das companhias e consente uma melhor análise e estimativa das políticas e táticas de negócios seguidas pela administração da entidade. As demonstrações formadas corretamente, além de contentarem as obrigações legais, servem como apoio para a tomada de decisões por parte dos gestores. Conforme Matarazzo (2010, p. 21): “A Análise de Balanços, para os administradores da empresa, é um instrumento complementar para a tomada de decisões. Ela será utilizada como auxiliar na formulação de estratégia da empresa, e tanto pode fornecer subsídios úteis como informações fundamentais sobre a rentabilidade e a liquidez da empresa hoje e em comparação com as dos balanços orçados.”.

Para os dirigentes, ter ciência do funcionamento e da atmosfera organizacional no qual a empresa está inserida tornou-se fundamental para uma gestão mais branda,



que, por sua vez, conceberá balanceamento nas ações e na garantia de continuidade da empresa. Devido à ampla concorrência que os diversos setores da economia vivenciam, é preciso que as companhias busquem inovar, mantendo a qualidade dos bens e serviços, atendendo às necessidades dos usuários (internos e externos), mantenham-se bem estruturadas e usufruam do conhecimento e da participação no mercado com excelência.

Perante este panorama competitivo, é fundamental que os dirigentes conheçam cada vez mais a realidade da empresa, tanto no sentido financeiro quanto no econômico, organizacional e contábil. Entretanto, nem sempre os administradores conhecem e reconhecem a finalidade da contabilidade e suas informações. Empresas com sucesso têm demonstrações contábeis transparentes e confiáveis.

Para Schier (2005, p. 9): “Os empresários começam a sentir a necessidade de se organizarem, a elaborar um fluxo de informações consistentes e agilizar o processo de tomada de decisões, além de buscar alternativas de controle e racionalização dos custos de operação.”.

Diante do panorama mercadológico continuamente mais multinacionalizado e concorrente, as empresas necessitam de seus administradores maior celeridade nos processos decisórios, uma vez que a rapidez de resposta e a objetividade poderão ser decisivas em um cenário de êxito ou de falha. A busca por subsídios é de relevância extrema. Sob tal prisma, pesquisas conduzidas no setor deverão ser consultadas, bem como a gerência de administração e de comercialização, as quais deverão ser analisadas, de modo que o processo de tomada de decisões coadune com a situação experimentada pela corporação.

É possível afiançar que o processo decisório, na rotina empresarial, é uma operação intrincada, a qual, efetivamente, é identificada como uma forma de expressão artística, haja vista que, afora levar em conta dados técnicos, é dependente em considerável monta da intuição do administrador na interpretação do negócio e do



panorama interior da corporação, no propósito de estabelecer qual o rumo mais acertado a ser trilhado.

A área contábil, partindo de evidências contábeis, e, maiormente, mediante a adoção de procedimentos analíticos quanto aos demonstrativos contábeis, é capaz de ofertar dados financeiros e econômicos de forma estratégica, elevando a eficácia e posicionando, no mercado, de forma mais adequada, a empresa. Considerando-se tal panorama, salienta-se o problema de pesquisa a seguir: qual é a relevância da elaboração dos demonstrativos contábeis para o adequado funcionamento financeiro e econômico de uma empresa?

O objetivo geral da presente pesquisa é analisar a importância da elaboração de demonstrativos contábeis com o intuito de um melhor desempenho das empresas. Quanto aos objetivos específicos definiram-se: investigar aceções e questões técnicas acerca dos demonstrativos contábeis; averiguar pontos importantes acerca da gestão financeira; refletir sobre os atributos associados ao valor da controladoria em empresas; ponderar acerca dos benefícios da avaliação dos demonstrativos contábeis com vistas a aumentar a efetividade e a concorrência de empresas diante do mercado.

Em relação às hipóteses da pesquisa, considera-se que os profissionais encarregados dos processos decisórios em corporações apenas serão capazes de exercerem suas funções quando estiverem cercados de informações coerentes no que se refere à performance administrativa, com o propósito de delinear e operar de forma acertada, tomando decisões com base em dados de relevância. De tal modo, é crucial a gestão financeira empresarial. No espaço econômico, a área contábil é uma ferramenta que responde pela alimentação de dados relevantes ao processo decisório nas empresas, seja em assuntos que tratam do meio interno, seja no que se refere ao meio externo, tendo uma função efetiva na dinâmica produtiva de informações úteis para a decisão da gestão, direção e/ou gerência empresarial.



Pode-se afirmar, de maneira inequívoca, que a área contábil é um sistema informacional, com o propósito de ajudar os administradores durante a avaliação, acompanhamento e comprovação de questões financeiras e econômicas, assim como quanto às modificações enfrentadas no que se refere ao aspecto patrimonial das empresas. Os demonstrativos contábeis são instrumentos usados pelo segmento contábil durante a condução de demonstrações acerca dos rumos financeiros e econômicos da corporação, do mesmo modo que para aprovisionar os administradores com os adequados dados para os processos decisórios na rotina mercadológica.

No que concerne à hipótese, defende-se que as corporações mais rentáveis fazem uso de análises detalhadas acerca de suas demonstrações contábeis com o propósito de detectar determinadas informações associadas a mudanças de mercado, com vistas a objetivos a curto, médio e longo prazo e, especialmente, levando em consideração questões referentes ao ambiente externo e interno. Perante as possíveis circunstâncias ou noções negativas para a empresa, a avaliação dos demonstrativos contábeis possibilita aos administradores os subsídios para os processos decisórios dentro de períodos hábeis para introduzir modificações quanto ao planejamento financeiro e econômico da empresa.

Assim, o presente estudo justifica-se pelo valor em elaborar e analisar os demonstrativos contábeis, com vistas a uma mais acertada permanência financeira e econômica da empresa diante do mercado, a fim de analisar as demonstrações da área contábil como uma ferramenta auxiliar ao processo decisório, de responsabilidade da gestão corporativa.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada no presente estudo foi a de revisão bibliográfica narrativa. Segundo Vianna (2001), toda e qualquer classificação é realizada mediante critérios, e, no que tange às pesquisas, é frequente classificá-la conforme os



objetivos. Desse modo, pode-se observar pesquisas descritivas, exploratórias e explicativas. Consoante Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa científica é um processo investigativo no qual se intenta descobrir associações entre os fatos, sendo o objetivo de uma pesquisa exploratória familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado. Os autores salientam que, “[...] como focaliza sua atenção no específico, no peculiar, seu interesse não é explicar, mas compreender os fenômenos que estuda dentro do contexto em que aparecem” (LAKATOS; MARCONI, 2017, p. 299). A pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um tema com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos e outros. Busca, também, conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinado tema (MARTINS; PINTO, 2001).

A pesquisa qualitativa demanda uma análise relacionada ao contexto do objeto, na qual não se descarta a subjetividade do pesquisador, ou seja, os métodos qualitativos entendem a comunicação do pesquisador com o estudo como um elemento explícito da interpretação. O método narrativo não estabelece uma estratégia rígida e reproduzível sobre os dados (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014), embora o parâmetro para incluir as publicações tenha sido definido pelas expressões no título, descritores ou resumo, além de intervalos temporais mais recentes. Procedeu-se à leitura de títulos e resumos após a leitura integral dos textos. A contar desta etapa, analisou-se a fundamentação teórica, as características gerais e os objetivos.

A revisão narrativa ou exploratória conta, primordialmente, com a percepção do pesquisador quanto à aceção dos parâmetros de busca e triagem de textos publicados (CORDEIRO *et al.* 2007). Conforme Rother (2007), a revisão narrativa é um método ideal para a descrição e discussão do chamado ‘estado da arte’ de um tópico, considerando a perspectiva teórica ou conceitual, sob a avaliação crítica do autor. Apesar de apresentar uma força reduzida quanto à reprodução metodológica, contribui com o debate, suscitando questões e permitindo atualizar o conhecimento em um reduzido espaço de tempo.



No presente estudo, estabeleceram-se como critérios para a elegibilidade relatos de experiências, teses, dissertações, monografias e anais de congressos, com prioridade para as experiências nacionais, além de leis e portarias; preferencialmente nos últimos dez anos, com exceção dada para os textos considerados indispensáveis.

Em suma, o método da revisão narrativa pretende reunir e concentrar o saber científico produzido acerca do assunto, permitindo-se identificar as evidências publicadas que, consoante Cordeiro *et al.* (2007), mantém uma temática mais ampla, em função da questão de pesquisa, sem a necessidade de protocolos rígidos, havendo a intervenção subjetiva do pesquisador.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

A gestão de uma empresa faz uso das demonstrações contábeis com o objetivo de prestação de contas e oferecer dados acerca das questões econômicas e financeiras aos sócios, credores, Estado e demais envolvidos. Os demonstrativos contábeis ainda podem ser denominados como relatórios de contabilidade, e são a matriz de dados analíticos, podendo servir de embasamento até mesmo à análise das chances de aquisição (RIBEIRO, 2019).

A análise das demonstrações contábeis, conforme apresenta Oyadomari *et al.* (2018), foi criada como instrumento para a tomada de decisão nas empresas. Também conhecida como análise financeira de balanços, análise financeira, análise econômico-financeira ou simplesmente análise contábil ou análise de balanços, as demonstrações contábeis têm como objetivo observar e comparar os resultados patrimoniais e os resultados das operações tendo uma visão minuciosa da análise. É através da análise de balanço que a empresa consegue evoluir e obter informações sobre a posição econômica e financeira nas empresas.



Para Crepaldi (2008), com base original sólida, o sistema contábil, em sua formação, é a alma de qualquer empresa. O gestor detém a importante tarefa de realizar estudos sobre o cunho de fatos ocorridos na entidade, tendo um resultado obtido por planejamento baseado em relatórios e formulários, ambos necessários para os registros das transações.

As demonstrações contábeis são relatórios produzidos pela contabilidade, nos quais são apresentadas, de forma sintética, obedecendo a uma padronização e formalização adequadas, e em linguagem apropriada, as operações que ocorrem no dia a dia das empresas (OYADOMARI *et al.*, 2018).

Conforme apresentam Oyadomari *et al.* (2018), os relatórios são importantes. Sem eles seria impossível identificar a situação financeira das organizações e tomar as devidas decisões para melhor desempenho nas relações financeiras das empresas. Os níveis de análises se dividem em: introdutório, intermediário e avançado. No nível introdutório, encontram-se apenas indicadores básicos. Já no nível intermediário, as análises são feitas através da abordagem do tripé, liquidez, rentabilidade e endividamento. Por fim, o nível avançado apresenta uma série de outros indicadores de análises, chegando, assim, ao resultado final, ou seja, no processo de tomada de decisão.

Hoje, a análise das demonstrações contábeis possui um leque muito grande de interessados, entre eles, citam-se: os administradores, os investidores, os empregados, a sociedade, entre outros. E, por último, deve-se considerar o governo (MARION, 2012).

Para Marion (2012), esses relatórios contábeis são ferramentas capazes de demonstrar a principal informação econômica e financeira das empresas e perdas ou lucros. Com essas informações, é possível fazer a análise das demonstrações contábeis em diferentes ciclos das organizações e, assim, fazer o planejamento dos



meses e anos seguintes. Através das demonstrações contábeis, as organizações poderão fazer a análise desses relatórios.

São informações que trazem registros para controlar e formular planos para avaliar as opções estratégicas de uma organização, para que ela possa progredir em seus objetivos a curto e a longo prazo de acordo com suas necessidades, para possuir melhor estrutura organizacional, na qual os tomadores de decisão nas empresas consigam estabelecer suas metas.

Os demonstrativos contábeis são diagnósticos ou gráficos técnicos com informações provenientes de livros, apontamentos e dados que constituem o aparelho contábil de uma organização. Os registros da contabilidade são conduzidos de modo periódico pelas empresas, e são a origem de informações úteis ao processo de preparação dos demonstrativos contábeis. Tais demonstrativos, em uma entidade, representam dados que manifestam suas realizações durante um determinado período de tempo, e, enquanto avaliadas, podem possibilitar a detecção de quais são os pontos positivos e negativos expressos em suas operações e em atividades fora de sua atividade fim, do mesmo modo que seus potenciais, o que pode ajudar, destarte, no processo decisório. As informações trabalhadas pelo setor contábil são exibidas, regularmente, aos envolvidos no negócio, de forma sucinta e organizada, compondo os chamados relatórios da contabilidade (SOUZA *et al.*, 2015).

A redação do artigo 176 da Lei nº 6.404 (BRASIL, 1976), denominada Lei das Sociedades por Ações, contempla que a empresa, ao fim do exercício social, tem o dever de oferecer alguns demonstrativos contábeis, os quais informarão de forma transparente a real situação patrimonial da organização e as modificações sucedidas durante tal prazo, a saber: o Balanço Patrimonial (BP); a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); as Demonstrações de Origem e Aplicação de Recursos (DOAR); a Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA); a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC). A Lei nº 11.638 (BRASIL, 2007), que



passou a vigorar em 01/01/08, alterou, revogou e introduziu outros itens na Lei nº 6.404 (BRASIL, 1976), na qual podem ser visualizadas determinadas modificações, como a substituição da DOAR pela DFC, passando a ser imprescindível a Demonstração de Valor Adicionado (DVA) ao grupo de demonstrativos contábeis, no que tange à preparação e disseminação. Com o intuito de modificar as informações disponibilizadas em demonstrativos contábeis em dados que ajudassem os processos decisórios, emergiu a avaliação de demonstrativos contábeis (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Uma avaliação financeira tem o propósito de comunicar, mantendo a referência dos dados contábeis oferecidos pelas entidades, sua condição financeira e econômica vigente, os motivos que estabeleceram o progresso exibido e disposições futuras. Ao avaliar os demonstrativos contábeis, pode-se extrair grandes quantidades de dados, mediante a compreensão das informações disponibilizadas a partir dos relatórios financeiros e contábeis, trabalhados conforme os preceitos da contabilidade. Basicamente, seu propósito mais importante é abastecer os fiduciários e acionistas com dados essenciais aos processos decisórios. Entre os propósitos de uma apreciação financeira está a possibilidade de fornecer elementos subsidiários para uma coerente tomada de decisão, como em situações de empréstimos ou investimentos, a contar de dados fidedignos e com exatidão (BRAGA, 2012).

A arte de analisar demonstrativos contábeis inclui a sabedoria de remover associações aproveitáveis, com os propósitos econômicos desejados, a partir dos quadros contábeis convencionais, bem como de suas expansões e detalhamentos, quando pertinente. Demonstrativos financeiros associam-se a posicionamentos patrimoniais e financeiros por parte da empresa, permitindo a oferta de informações de relevância acerca da condição recente da entidade diante do mercado, as quais poderão ser disponibilizadas e analisadas com o objetivo de obter dados significativos e estratégicos aos gestores responsáveis pelos processos decisórios, do mesmo modo que exibir as repercussões acerca da administração dos recursos



geridos. Não obstante, os demonstrativos contábeis podem ser considerados como um reflexo sintético e organizado da condição financeira e econômica de uma empresa diante do seu negócio, em que sua condição passa a ser gerida mediante o setor contábil em um período de tempo específico (MARION, 2019).

Pode-se assumir que analisar os demonstrativos contábeis é algo muito antigo, contemporâneo à própria área contábil, tomando mais corpo a partir do fim do século XIX, período em que, na América, os banqueiros iniciaram a demandar o BP como instrumento anterior à concessão de valores a serem emprestados. No ano de 1919, Alexander Wall apresentou um sistema analítico de balanço mediante taxas, o que permitiu demonstrar o valor de outras inter-relações afora os conhecidos ativos circulantes e passivos circulantes. As taxas-padrão são capazes de fornecer verificações consistentes acerca de todos os coeficientes corporativos, permitindo que os gestores que são responsáveis pela análise dos dados possam acessar objetivamente a performance da empresa (IUDÍCIBUS, 2015).

Considerando-se o referencial do exame dos demonstrativos contábeis a contar dos coeficientes, é possível observar o posicionamento financeiro e econômico da empresa, uma vez que a avaliação financeira corporativa leva em conta a análise minuciosa das informações financeiras disponibilizadas por e para a empresa, do mesmo modo que as conjunturas intrínsecas e extrínsecas, capazes de afetar, sob o ponto de vista financeiro, a empresa. No propósito de uma análise corporativa, é necessário estar ciente dos demonstrativos contábeis dessa, em virtude de que, para uma avaliação financeira, o cerne da análise reside na própria empresa, e não em seus demonstrativos contábeis, os quais são compreendidos como canais de dados da empresa, assumindo o propósito fundamental de cooperar com o processo decisório na rotina organizacional (RIBEIRO, 2017).

Também deve ser citado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual regulamenta as regras de contabilidade, até mesmo a organização dos próprios demonstrativos contábeis, os quais são aprovados e difundidos pelas entidades



reguladoras, como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), dentre outras. As ciências contábeis fazem uso dos demonstrativos contábeis para a transmissão de dados pertinentes à organização e seus usufrutuários. O maior propósito do setor contábil é fornecer aos utilizadores a maior quantidade plausível de dados acerca do patrimônio corporativo e suas alterações (SOUZA *et al.*, 2015).

3.2 PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS

Os demonstrativos contábeis equivalem a relatórios usados na obtenção de uma condição financeira e econômica de uma entidade, demonstrando as ações e eventos abrangidos. Podem ser citados alguns demonstrativos contábeis, nos quais se podem observar procedimentos analíticos, como: BP; DRE; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); DLPA; DFC; DVA; Demonstração do Resultado Abrangente (DRA); dentre outros (RIBEIRO, 2019).

3.2.1 BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

O Balanço Patrimonial (BP) pode ser considerado como um dos mais relevantes demonstrativos contábeis, mediante o qual é possível mensurar a condição financeira e de patrimônio de uma organização em um dado espaço de tempo, considerando algumas normas. Entre outras possibilidades, o BP é o mais relevante relatório elaborado pelo setor contábil. Mediante tal relatório, é possível observar a condição econômica e financeira da entidade ao final do exercício ou em outro período prefixado (SOUZA *et al.*, 2015).

Contabilmente, o BP é um instrumento que expressa a condição ou o saldo disponível nas contas de uma empresa depois de lançadas todas as transações de um determinado período, depois de executados os provisionamentos, incluindo desvalorização, devedores suspeitos, dentre outras possibilidades, e os referidos ajustamentos, assim como depois de encerradas as contas referentes a receitas e



despesas. No tempo de avaliação do BP, não será possível desconsiderar que esse já faz parte de outras mensurações contábeis, tais como os aprovisionamentos e as desvalorizações, tendo em conta que o BP é um reflexo de tempos idos projetados ao futuro. Os profissionais de análise procederão com as avaliações indispensáveis ao ajuste do BP às modificações nas perspectivas e operações (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Divide-se o BP em duas importantes coleções: a ativa e a passiva. A primeira é o aglomerado de posses e direitos regidos pela empresa. São os elementos patrimoniais profícuos, os quais conferem vantagens e permitem que a empresa aufera ganhos. Por sua vez, o BP passivo equivale aos deveres reclamáveis da empresa, isto é, seus débitos a serem cobrados ou pleiteados a contar da época de seu pagamento. Aliado ao segmento passivo, pode ser encontrado o patrimônio deduzido da organização, o qual equivale ao capital empregado pelos proprietários da empresa, seja mediante recursos advindos do exterior da entidade, seja suscitado pela mesma em suas negociações e mantidos no ambiente interno (SOUZA *et al.*, 2015).

Considerando que o ativo se dispõe em séries de contas análogas ou de similares especificidades, os elementos pertencentes ao ativo agrupam-se consoante a liquidez apresentada, ou seja, conforme a celeridade com que podem ser transformados em numerário. Primeiramente, a série com mais liquidez é denominada de ativo circulante, constituindo-se de contas, caixas e equivalentes de caixas, contas a auferir, provimentos e investimentos provisórios. Por sua vez, as contas que podem se transformar em numerário em um período maior de tempo, isto é, ativos com menos liquidez, incluem a série denominada como ativo não circulante (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

O BP pode ser desmembrado em segmento ativo e passivo. O segmento passivo concebe os deveres que a empresa mantém, como pagamento a terceiros. Do mesmo modo que o segmento ativo, o passivo ainda pode ser desmembrado em



duas classes maiores: o passivo circulante e o passivo não circulante. Quanto ao passivo circulante, este expressa o total dos débitos devidos a terceiros, a serem pagos em um período reduzido, ou seja, os débitos com aqueles que fornecem matérias-primas, remunerações a serem pagas, tributos devidos, empréstimos a serem pagos a instituições financeiras, contas a pagar, dentre outros. Por sua vez, os compromissos impostos a um maior prazo são os débitos que constituem o passivo não circulante. Basicamente, as contas impostas a terceiros em prazos mais longos derivam de cessões de valores e financiamentos realizados em instituições financeiras (MARION, 2019).

Afora as contas ativas e passivas, o BP ainda é constituído por patrimônios líquidos, os quais respondem pela confissão integral de recursos apostos na empresa pelos proprietários. Considera-se o patrimônio líquido de uma empresa a soma total de expedientes dos sócios e proprietários da entidade. Trata-se como capital sua aplicação inicial, sendo as posteriores tratadas, de modo contábil, como acréscimos ao capital. Afora os valores investidos dos parceiros ou acionistas, os lucros ainda compõem uma origem de patrimônio líquido nas corporações (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

3.2.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

Quando finda cada um dos períodos para reportar, as empresas apuram o resultado de suas operações no mercado. A fim de perceber a obtenção de lucros ou de prejuízos, o setor contábil faz o confronto da receita e das despesas. Caso os valores recebidos tenham sido maiores que os devidos, a empresa obteve lucro. Caso os valores recebidos tenham sido menores que os gastos, a empresa enfrenta prejuízos. Tal mensuração entre receita e despesa deve ser manifestada pela Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).



A DRE é elaborada de modo simultâneo ao BP, ela é representada sucintamente com as transações conduzidas pela empresa, e mantém como decorrência uma das importâncias de máxima utilidade aos acionistas, administradores e demais envolvidos com a empresa: o resultado líquido do período, isto é, a verificação se a empresa auferiu lucro ou prejuízo. A DRE, de modo distinto ao BP, evidencia o resultado que a empresa alcançou em um período específico, e não somente naquele momento (MARION, 2019).

A DRE, consoante sua própria denominação, é um demonstrativo do resultado auferido pela empresa em um dado espaço de tempo, ou seja, a obtenção de lucro ou de prejuízo. Cabe salientar que, conquanto o balanço patrimonial seja representativo do posto da empresa em uma dada ocasião, tal demonstração de resultado traz o acúmulo de ganhos, de despesas e de custos concernentes a um período reduzido, demonstrando seu resultado e permitindo a ciência dos seus elementos mais importantes (SOUZA *et al.*, 2015).

Cabe destacar que é importante que todos os constituintes do demonstrativo do resultado do exercício tenham efeito sobre o fluxo financeiro da empresa, haja vista que a DRE é um reflexo do influxo econômico, carecendo, portanto, de ter efeito sobre o patrimônio líquido. É possível observar que a DRE tem efeito sobre o patrimônio líquido, uma vez que, por norma, os valores de receita aumentam o ativo e, por consequência, aumentam o passivo. Em contrapartida, as despesas trazem uma redução no patrimônio líquido, e tal diminuição pode ser decorrente de duas questões, ou da diminuição do ativo ou da elevação do passivo a ser exigido (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

3.2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) representa as modificações no patrimônio líquido observadas durante o período de exercício. A



meta desse demonstrativo é justificar as mudanças nas contas sobre o patrimônio líquido entre exercícios consecutivos. Evidencia-se o resultado líquido do exercício por meio de tal relatório, o que comprova a aplicação do mesmo, do mesmo modo que seus quantitativos (SOUZA *et al.*, 2015).

Visto que as contas referentes a lucro ou prejuízo concentrados constituem o patrimônio líquido da organização, a DMPL pode substituir o demonstrativo de valores lucrados ou despendidos acumulados, levando em consideração que, com o propósito de realizar a análise, o demonstrativo das mudanças de patrimônio líquido pode trazer maiores informações e demonstrar as transferências observadas no lucro e prejuízo coletados e as movimentações sucedidas nas outras contas integrantes do patrimônio líquido. Para a confecção da DMPL, é necessário considerar um quadro ou tabela, nos quais as contas do patrimônio líquido estejam dispostas em colunas e as movimentações decorridas e tais contas sejam dispostas em linhas (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

3.2.4 DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS (DLPA)

No período de encerramento da DRE, o lucro líquido pode ser averiguado, instrumentado na Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA), que responde pela expressão atinente à partilha de lucros na empresa. Apenas uma parcela do montante lucrado é distribuída aos proprietários, configurando os dividendos, o valor remanescente, costumeiramente de volume maior, é reaplicado na própria empresa. A convergência, ou destino do lucro líquido para os proprietários, ou a partilha dos dividendos, ou a reaplicação na própria empresa, pode ser representada mediante a DLPA, em tempo anterior ao indicado no BP (SOUZA *et al.*, 2015).



3.3.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um relatório utilizado pelo setor contábil para validar a transferência financeira da empresa no decorrer do período de exercício, que responde pela validação das origens e transações usadas em um tempo específico, no qual o resultado equivale à variação de saldo no caixa. Basicamente, a DFC representa as mudanças decorridas no saldo de disponibilidade, ou seja, o caixa e o equivalente de caixa da empresa em um dado espaço de tempo, mediante os fluxos de valores recebidos e pagos (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

A DFC ainda aponta as mudanças observadas em saldos de caixa ou equivalentes, desmembrando o demonstrativo em operações, ações de financiamento e operações de investimento. Isto posto, existem duas maneiras de apresentar uma DFCL: a direta, criada a contar do fluxo de caixa ou equivalentes, e a indireta, criada pela relação de lucro e prejuízo observada durante o exercício. Resta evidente que o BP não representa de maneira específica o modo pelo qual a empresa mudou seu posicionamento quanto aos valores investidos e financiados (RIBEIRO, 2017).

A fim de obter uma compreensão mais clara da fonte e da aplicação de recursos, lança-se mão da DFCL. A DFCL possibilita analisar as questões financeiras da empresa, no que se refere à movimentação de valores investidos e financiados, assim como no que concerne à administração da corporação, com vistas à obtenção e aplicação acertada dos recursos disponíveis (MARION, 2019).

3.3.6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um demonstrativo obrigatório, constituído mediante a Lei nº 11.638 (BRASIL, 2007), cujo propósito é a demonstração da riqueza gerada na empresa. Não obstante, a DVA representa o valor gerado pela empresa, assim como o montante distribuído aos que fornecem



produtos, aos funcionários, ao Estado e aos sócios, com destaque ao montante a ser reinvestido na empresa. A DVA é um demonstrativo contábil com dados inerentemente financeiros, com o propósito de exibir os valores de riqueza a serem distribuídos para os componentes que colaboraram com a própria geração do montante (RIBEIRO, 2017).

Entre os que fazem uso dos dados constantes na DVA estão o Estado, que faz uso do relatório da DVA para fins de calcular o Produto Interno Bruto (PIB), a fim de conhecer o efeito das transações empresariais para a geração de riqueza interna e tributação; os colaboradores, pessoas físicas e associações sindicais com o propósito de fazer uso da DVA para comparações e análises sobre os salários e promoções, no que concerne aos gestores; os administradores, que usam tais dados da DVA como uma ferramenta contábil de gerência, na busca da efetividade no desempenho de suas funções para todos os usufrutuários, ou sócios, colaboradores, para o Estado e para o corpo social; as instituições financeiras, as quais avaliam a DVA na verificação da geração de riqueza e da capacidade corporativa de honrar seus compromissos econômicos admitidos diante do mercado (SOUZA *et al.*, 2015).

3.3.7 DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ABRANGENTE (DRA)

De acordo com o que já foi discutido, ao fim do período reportado, as empresas devem demonstrar os seus proventos. Valores recebidos e gastos ocorridos durante o tempo determinado apresentam-se no demonstrativo do resultado do exercício, originando o chamado lucro líquido. A contar de tal quantia lucrada, acresce-se os resultados abrangentes, de modo a alcançar o Demonstrativo do Resultado Abrangente (DRA) (SOUZA *et al.*, 2015).

Considera-se que os resultados abrangentes derivam de alguns elementos, como a variação na reserva de reavaliação, caso seja possibilitada, sob o ponto de vista legal, consoante o estabelecido na Resolução NBC TG 27 (R3) (BRASIL, 2015a) e



na Resolução NBC TG 04 (R3) (BRASIL, 2015b); os valores auferidos e as perdas atuariais referentes aos planos de pensão com benesses definidas, certificados de acordo com o que estabelece a Resolução NBC TG 33 (R2) (BRASIL, 2015c), considerados benefícios a empregados; os valores auferidos e as perdas provenientes da transformação de demonstrativos contábeis em transações internacionais, como apresenta a Resolução NBC TG 02 (R1) (BRASIL, 2013); os rendimentos e os prejuízos de mensurar novamente os ativos financeiros desimpedidos para serem vendidos, de acordo com a Resolução CFC nº. 1.196/09 (BRASIL, 2009); a concerta parte dos rendimentos ou prejuízos de dispositivos de *hedge* em *hedge* de movimentação de caixa, conforme a Resolução CFC nº. 1.196/09 (BRASIL, 2009); a prestação dos demais resultados abrangentes de empresas reconhecidas consoante a metodologia de equivalência de patrimônio. No que tange ao modo de apresentar o demonstrativo de resultado abrangente, a empresa pode apresentá-lo em um quadro específico ou em uma série de demonstrações das mudanças no patrimônio líquido, tendo em vista que existe a necessidade de apresentar os reflexos de tributos (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

4. ANÁLISE DA PESQUISA

4.1 GESTÃO EM FINANÇAS

A tomada de decisão adotada em empresas pode ser correlacionada proximamente ao sistema de gestão escolhido pela corporação. A gestão inclui o processo decisório e a permanência do negócio, dependendo das condutas adotadas por parte dos administradores, nos mais variados níveis organizacionais (HOSS; BRAUN, 2018).

A gestão financeira é fundamental para as organizações, pois compreende ações e procedimentos administrativos que envolvem planejamento, análise e controle das decisões financeiras da empresa. Assim, o presente estudo possui significativa



importância para permitir a análise do setor financeiro da empresa pesquisada. O objetivo principal da gestão financeira na empresa é proporcionar à organização ganho na vantagem competitiva, identificar oportunidades e construir estratégias conjuntas com os gestores.

A ferramenta das demonstrações contábeis pode ser utilizada pela administração da empresa a fim de prestar contas e trazer dados acerca da saúde econômico-financeira aos interessados, como os acionistas, os credores, o governo e demais interessados. As demonstrações contábeis também podem ser chamadas de relatórios contábeis, sendo a origem dos dados para análise, por servirem de suporte, até mesmo para avaliar a chance de investimentos. As demonstrações contábeis são compostas por relatórios ou quadros técnicos contendo informações extraídas dos livros, dos registros e dos documentos componentes do sistema contábil de uma organização.

Os registros contábeis implementados, em tempos predefinidos, pelas empresas são a origem das informações necessárias ao procedimento de criação das demonstrações contábeis. Essas, em uma empresa, são representativas dos dados que mostram suas operações por um dado período, e, por serem avaliadas, possibilitam observar os pontos fortes e fracos verificados em atividades operacionais e não operacionais, assim como suas perspectivas futuras, o que permite a tomada de decisão (RIBEIRO, 2009; BEGALLI; PEREZ JUNIOR, 2015; MANKIW, 2015).

As informações utilizadas pelo setor de contabilidade são mostradas, periodicamente, àqueles interessados de forma sucinta e organizada, compondo, assim, os relatórios contábeis (MARION, 2010; OLIVEIRA; PEREZ JÚNIOR, 2012).

O intuito da análise financeira é informar, tomando por base os dados contábeis oferecidos pelas empresas, o posto econômico-financeiro vigente, os motivos que



justificam sua evolução e as perspectivas futuras (MANKIW, 2015; ASSAF NETO, 2015; ROSSETTI, 2016).

A apreciação de demonstrações contábeis é capaz de extrair um grande número de dados, mediante a compreensão dos dados disponibilizados por meio das demonstrações contábeis e financeiras, trabalhadas segundo os princípios contábeis. A finalidade precípua está no fornecimento de dados precisos aos credores e aos investidores, capacitando-os às tomadas de decisões (SILVA, 2013; BEGALLI; PEREZ JUNIOR, 2015).

Uma das maiores metas da análise financeira é fornecer subsídios para o processo decisório, de forma racional, para a concessão de crédito e de investimentos, considerando que as informações sejam de boa qualidade (SILVA, 2013). Analisar as demonstrações contábeis é uma arte, considerando o conhecimento necessário para obter relações úteis, com o objetivo financeiro desejado, de relatórios contábeis clássicos e de suas extensões ou detalhamentos, quando for o caso.

A produção das demonstrações financeiras é associada ao posicionamento financeiro e patrimonial da empresa, permitindo informações essenciais acerca da situação vigente dessa perante o mercado, podendo ser trabalhados com o intuito de absorver dados relevantes e estratégicos para os interessados ao processo decisório, assim como divulgar os produtos da administração dos recursos. Dessa forma, as demonstrações contábeis podem ser tidas como um demonstrativo sintetizado e organizado acerca da condição econômica e financeira da empresa perante o mercado, cuja situação pode ser administrada mediante a contabilidade, em um dado período de tempo (OLIVEIRA; PEREZ JÚNIOR, 2012; MANKIW, 2015; ROSSETTI, 2016; MARION; FARIA, 2017).

A contabilidade, naturalmente, é um sistema de dados que visa auxiliar os administradores na avaliação, monitoramento e demonstração de questões econômicas e financeiras, assim como nas alterações ocorridas quanto ao espólio



das organizações. As demonstrações contábeis são os instrumentos utilizados pelo departamento de contabilidade para a efetivação da demonstração alusiva às expressões econômicas e financeiras da empresa, assim como para municiar os administradores com os dados relevantes para o processo decisório na rotina mercadológica.

No Brasil, as micros e pequenas empresas possuem grande relevância para o fortalecimento da economia do país e para a população, proporcionando a distribuição de renda mensal e inclusão social. Um dos desafios desses empreendimentos é manterem-se na ativa, juntamente com o crescimento econômico, o desenvolvimento social e uma melhor distribuição de renda.

Conforme Hoji (2010), a administração financeira tem o objetivo econômico de maximizar a riqueza dos proprietários, por meio de um retorno compatível ao risco assumido. A geração de lucros e caixa permite que a empresa reinvesta seu lucro em benefício da comunidade, dos seus funcionários e dela própria. De acordo com Gitman (2010), a administração financeira desempenha um papel importante por meio da figura do administrador financeiro, que administra todos os tipos de finanças de uma empresa, buscando sempre acompanhar as mudanças no ambiente externo e interno e no meio econômico.

No decorrer da dinâmica da tomada de decisões, é fundamental que o gestor esteja munido de dados econômicos, que são de responsabilidade da área administrativa-financeira da organização. O administrador financeiro é quem responde pela gestão ativa e pelas questões econômicas organizacionais, conquanto a gerência financeira seja a associação de ambas as funções. A área financeira inclui várias atividades relacionadas à administração de fundos mobilizados pelos demais segmentos corporativos. A área tem, como uma de suas mais importantes pertinências, a obtenção e a gestão dos recursos disponíveis, e, para tanto, deverá ser capaz de proceder à criação de um planejamento estratégico que seja traduzido



em potencialização de processos e seja reflexo do bom uso dos referidos fundos (CARVALHO; GUIMARÃES; CRUZ, 2019).

A obtenção dos recursos econômicos a serem aplicados pela empresa na manutenção e no incremento do negócio e a aferição sobre o mais adequado uso de valores pelas diversas áreas da empresa são funções do administrador. Destarte, é possível afirmar que a gestão financeira é o segmento técnico mais orientado a captar e direcionar meios no ambiente corporativo interno, além de ter uma função fiscalizadora no que concerne ao destino de tais expedientes (IUDÍCIBUS, 2015).

Ao passo que a gestão financeira intenta elevar a riqueza da empresa, por meio de elevar a primazia competitiva da corporação e maximizar seu valor diante do mercado, uma das maiores metas da área financeira consiste em adicionar valor e elevar a lucratividade dos sócios e proprietários. Destarte, é possível verificar que a área da gestão financeira, do mesmo modo que os outros segmentos corporativos, visa obter mais proveitos em relação aos investimentos já realizados (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2016).

Entre as funções da gestão financeira está o aumento de valor mediante a organização de investimentos, de maneira a elevar a lucratividade para os sócios. Em suma, intenta, junto ao desenvolvimento, o acréscimo de capital empresarial. Além disso participa, seja direta ou indiretamente, da totalidade das dinâmicas empresariais, o que contribui significativamente para o êxito do negócio (LIMEIRA *et al.*, 2015).

No ambiente corporativo interno, a gestão financeira tem diversas funções, entre elas, é possível salientar o planejamento econômico, o qual demonstra o valor da ampliação da iniciativa, bem como a identificação de possíveis desacertos posteriores; o comando financeiro, no qual acompanha-se e avalia-se a performance financeira completa da empresa; a administração dos ativos, cujo



cerne está no melhoramento estrutural, considerando o risco e a estimativa de retorno quanto ao que foi investido na organização, mediante uma gestão eficaz dos valores; a administração dos passivos, a qual centra-se na obtenção de fundos e gestão de sua disposição, buscando estabelecer a organização mais acertada no que concerne à liquidez, à diminuição dos gastos e ao risco econômico. Entre tais papéis, ainda cabe citar que, na rotina do gestor financeiro, está a tomada de decisões, as quais relacionam-se aos investimentos, financiamentos e faturamentos ou à partilha dos lucros (HOJI, 2012).

A tomada de decisão relacionada aos investimentos corporativos faz referência à administração da estrutura dos ativos e, ainda, da implementação de novas propostas, fazendo menção ao escopo de recursos econômicos para serem aplicados nos ativos empresariais, o que é uma ação que pode ser conduzida a prazo mais longo, justificando a associação mais acertada entre risco e retorno em relação aos capitais comprometidos. No que tange aos processos decisórios associados aos financiamentos, é função do administrador financeiro o reconhecimento das melhores alternativas de valores a serem financiados em projetos ou em estruturas de capital corporativo, incluindo o capital interno e o capital de terceiros (BRIGHAM; EHRHARDT, 2016).

O escopo do lucro líquido, ainda denominado como política de dividendos, faz menção ao destino adotado para os recursos econômicos disponíveis, produzidos pela própria empresa e oriundos de suas operações. Não obstante, cabe estabelecer se o valor lucrado será mantido com vistas à ampliação do negócio ou se será partilhado entre os proprietários (ROSS *et al.*, 2015).

4.2 CONCEITOS CONTÁBEIS E QUESTÕES DE MERCADO

É consenso que a contabilidade é um sistema de caráter procedimental, que envolve um volume considerável de formulários, tabelas e dados para finalidades fiscais, ao passo que o encarregado pelo setor contábil ou o contador, geralmente,



é comparado a um mero escrivão, com funções restritas ao compromisso de fornecer informações ao fisco. Tais atividades compõem uma parcela da área contábil, embora tal setor não seja limitado a tais atividades (MENDES, 2020).

Na contabilidade, têm-se um volume significativo de dados, respondendo pela avaliação de valor corporativo e dos colaboradores engajados com a organização, de forma a relatar a abordagem adotada por essas, bem como a destinação funcional que serão assumidas. Pode-se afirmar que a contabilidade é uma ferramenta capaz de alimentar a empresa com uma grande quantidade de dados de utilidade para os processos decisórios no meio interno e externo da organização, sendo uma área bastante remota, e tem como intuito ajudar os encarregados por decisões a terem argumentos para tanto (IUDÍCIBUS, 2015).

Nesse íterim, a partir da conjuntura mercadológica continuamente em progresso, em função da era da informação, compreendendo evoluções progressivamente mais céleres no que tange às ferramentas tecnológicas, os dados e à difusão de informações, as organizações devem permanecer vigilantes e perseguir tal celeridade, haja vista que é um reflexo das mudanças de mercado. Isto posto, as empresas precisam estar munidas dos dados que são relevantes, essenciais e recentes, dirigidos ao correto acompanhamento dos objetivos pré-estabelecidos, com vistas a alcançar os melhores resultados em suas transações e negócios (CARVALHO; GUIMARÃES; CRUZ, 2019).

Considerando-se o progresso ocorrido nos últimos anos, a área contábil passou a ser imperativa quanto ao auxílio dos administradores durante o processo decisório, permitindo uma análise mais detalhada e acurada do negócio. Nesse sentido, existem dois segmentos contábeis que apresentam enorme relevância para todas as organizações, independentemente do setor de atuação: a contabilidade gerencial e a contabilidade financeira (HOSS; BRAUN, 2018).



O segmento da contabilidade gerencial é o setor que pode criar e difundir informações relevantes aos processos decisórios dos administradores, conquanto a contabilidade financeira seja de grande valor ao comando financeiro das organizações. Em suma, a contabilidade gerencial é o braço das ciências contábeis que cumpre o objetivo de oferecer dispositivos aos gestores corporativos, de forma a auxiliar em seus papéis gerenciais. Além disso, as metodologias adotadas pela área da contabilidade financeira e gerencial foram criadas para distintos usuários de tais dados financeiros (RIBEIRO, 2019).

Assim sendo, com os dados contábeis obtidos em tempo rápido e aceitável, é possível observar o efeito sobre as decisões administrativas, de forma que os gestores são capazes de, após análise, propor táticas, estimar os resultados obtidos e adotar alternativas acertadas para uma melhor performance nos negócios, o que garante, destarte, o êxito permanente e justificável de tais planejadores. Na administração de uma organização, os relatórios da contabilidade são ferramentas obrigatórias, os quais podem ser entendidos como uma exibição mais concisa e difundida das informações obtidas pela área contábil conforme a operação intercorrente (SOUZA *et al.*, 2015).

Os relatórios contábeis expressam os eventos, por parte de um setor em específico por um período predeterminado, de forma registrada, mediante os componentes contábeis. Baseado nas informações contábeis, o gestor pode avaliar os dados recebidos e, sobre eles, planejar as ações necessárias a cada um dos segmentos corporativos. Isto posto, pode-se visualizar adequadamente as situações da organização, o que facilita o trabalho dos gestores no caminho da administração estratégica, mediante a análise e processos decisórios com base em dados concretos e coerentes com o negócio (RIBEIRO, 2019).



4.3 CONTROLADORIA: BENEFÍCIOS PARA OS GESTORES

Paralelamente à consistência tecnológica, a qual foi proposta com a intenção de unificar a comunicação, os dados e as operações entre os segmentos administrativo e financeiro da organização, pode-se sugerir, ainda, a adoção da controladoria. A controladoria tem o propósito de manutenção de um comando mais acertado e disposto acerca de uma dada coletividade ou setor corporativo. Isto é, gerir uma controladoria empresarial relaciona-se à comandar as ações concebidas, em que se produz dados acerca dos resultados alcançados em atividades específicas, podendo traçar comparativos com as expectativas planejadas, o que possibilita avaliar a performance dos administradores, dos setores, das respostas aos produtos e serviços oferecidos, bem como as tendências futuras da própria empresa diante do mercado (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

A razão mais importante para a proposição da controladoria parece ter sido a demanda corporativa pelo comando mais difuso e eficaz sobre suas ações, considerando-se o embasamento científico da área contábil. Destarte, a controladoria é a adoção das ciências contábeis em toda sua integralidade. A controladoria é, assim, o setor que responde pela coleta de dados e pelo monitoramento de ações desempenhadas pelas organizações, coordenando as dinâmicas de planejamento, o controle e a análise da performance contemporânea da empresa diante do mercado, assim como as tendências de condutas futuras das empresas, considerando a função de interessar-se pelo melhor desenvolvimento e a efetividade contínua das empresas (GROPELLI; NIKBAKHT, 2012).

Fundamentando-se no valor da controladoria, pode-se sugerir que as empresas que fazem uso dos demonstrativos contábeis ainda adotem a implementação de atuações exclusivas e táticas de controladoria, conforme as demandas e exigências de cada empresa. Assim, a controladoria pode ajudar os gestores da empresa no progresso da administração e, especialmente, na área financeira, local no qual é



comum existirem variados desafios perante o mercado instável e progressivamente mais competitivo (LIMEIRA *et al.*, 2015).

4.4 INDICATIVOS NAS ÁREAS DE ECONOMIA E FINANÇAS

Os demonstrativos contábeis abrangem qualquer operação efetuada por uma empresa, expressa por numerário e disposta conforme as regras da contabilidade, podendo ser possível, assim, retirar grandes quantidades de dados de tais demonstrativos. A fim de obter os dados referentes aos demonstrativos contábeis, utilizam-se instrumentos específicos, como coeficientes econômicos e financeiros; análises horizontais e verticais; análises de indicadores de retorno sobre investimentos (ROI); análises de margem de lucro e de giro do ativo; análises referentes (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Os coeficientes fazem referência aos resultados obtidos mediante a segmentação de duas dimensões. Um índice é denominado como a interrelação entre contas ou entre séries de contas em demonstrativos contábeis, com vista a validar certos atributos referentes à condição financeira e econômica da empresa. Os propósitos fundamentais de se adotar índices de análise fazem alusão à aquisição de disposições e comparações entre modelos pré-estabelecidos, uma vez que, afora estimar os eventos ocorridos em tempos anteriores, analisar os demonstrativos contábeis permite a inferência acerca do que poderá ser experimentado pela empresa em um futuro mais ou menos próximo (SOUZA *et al.*, 2015).

Entre os atributos mais valorosos, os índices são capazes de exprimir a condição financeira e econômica da empresa, sendo subdivididos em duas séries primárias: o conjunto que exprime o sentido econômico da empresa analisada e o conjunto que exprime a dimensão financeira da empresa em análise. Considerando-se o segundo conjunto, pode-se subdividir na estrutura de capitais e na liquidez (MARION, 2019).



Analisar por meio de índices inclui uma subdivisão em três fases distintas, na primeira, existe a necessidade de se calcular o índice; na segunda, deve-se proceder à sua interpretação, isto é, qual o significado de uma dada cifra estimada ou sua descrição; na terceira, à aceitação do referido índice, isto é, a análise sobre um dado valor ser boa, mediana ou insatisfatória. Existem três maneiras de se proceder à análise ou interpretação de um índice: mediante sua significação intrínseca, pela checagem no decorrer de vários exercícios consecutivos e, por fim, conforme o comparativo entre índices provenientes de outras empresas ou índices-padrão (IUDÍCIBUS, 2015).

O sentido inerente de um índice reside no modo geral pelo qual se interpreta o referido índice. Em tal modo de interpretar índices, a avaliação da cifra intrínseca de um índice é restrita, só devendo ser adotada no caso de não haver índices-padrão ofertados mediante avaliação de um aglomerado de empresas. A maneira de interpretar os índices pelo uso de comparativos de índices mediante um período é considerada como de valor, uma vez que demonstra certas tendências por parte da empresa em questão. No que tange à análise de um índice, os quais podem receber classificações de ótimo, bom, satisfatório, razoável ou deficiente, essa pode ser conduzida apenas mediante comparativos com modelos conhecidos. Não existe uma classificação “bom” ou “deficiente” com uma conotação absoluta, mas sim um “bom” relativo a outros aspectos avaliados (CARVALHO; GUIMARÃES; CRUZ, 2019).

No que concerne ao ato de interpretar os índices financeiros e econômicos, o profissional que os analisa deve ser capaz de adotar providências de prevenção, de maneira que não caia em interpretações errôneas acerca dos índices mensurados. Nesse ínterim, com o propósito de garantir interpretações seguras acerca dos índices, é prudente a comparação entre os índices observados e os índices obtidos por outras empresas, desde que se aja cautelosamente na comparação com empresas de um único segmento de mercado ou econômico (RIBEIRO, 2019).



Portanto, de modo que tal comparativo seja efetivo, cabe adotar os índices-padrão. Os mesmos são o fundamento comparativo entre empresas de um segmento de mercado similar. A fim de calcular os índices-padrão, é necessário realizar uma divisão em índices deficientes, razoáveis, satisfatórios e bons. Acerca dos índices concernentes à estrutura de patrimônio, segue-se a seguinte mensuração: quanto menor o valor estimado, melhor será a interpretação. Em relação aos outros índices, como os atinentes à liquidez e à rentabilidade, quanto maior o valor, melhor será o resultado. Associam-se os índices financeiros às associações entre contas ou conjuntos de contas relativos aos demonstrativos contábeis, cuja função é fornecer dados com atributos complexos para serem analisados de acordo com os demonstrativos contábeis (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

4.5 DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS: BENEFÍCIOS FINANCEIROS E MERCADOLÓGICOS AOS GESTORES NOS PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO

Analisar demonstrativos contábeis é uma ação deveras relevante aos administradores de empresas, uma vez que possibilita fornecer dados de valor e, não raramente, até táticas aos encarregados pelos segmentos financeiro e econômico da corporação. Mediante os demonstrativos contábeis, pode ser possível a obtenção de informações coerentes sobre a condição financeira e econômica da empresa, as quais, depois de serem analisadas pelos gestores que administram a área financeira e contábil da empresa, poderão aprovisionar dados assaz relevantes, podendo até mesmo ser usadas em processos decisórios estratégicos na função de gerir econômica e financeiramente a empresa (SOUZA *et al.*, 2015).

Os demonstrativos contábeis podem ser analisados conforme duas propriedades de interesse: a forma estática e a forma dinâmica. No que tange à condição estática, é possível verificar a condição da empresa em um dado intervalo de tempo.



Consoante uma dimensão dinâmica, o cerne associa-se à dinâmica evolutiva da empresa diante do mercado, traçando comparativos acerca dos resultados retificados com os efeitos antecedentes, assim como pela ponderação das chances de progresso para o horizonte financeiro e econômico da corporação diante do mercado (RIBEIRO, 2019).

Deve-se adotar um modelo procedimental para os demonstrativos contábeis serem analisados de forma adequada, de maneira que a dinâmica de análise produza dados claros e meticulosos. A normalização dos dados inclui um desenvolvimento decisivo acerca dos relatórios dos demonstrativos contábeis, traduzidos em um modelo definido de maneira predita, o que simplifica e adequa os demonstrativos contábeis consoante com o propósito da avaliação, anexando relatórios semelhantes, o que ajuda a selecionar erros plausíveis durante o processo e, especialmente, pela aproximação dos profissionais engajados no que tange aos demonstrativos contábeis, em que a ferramenta passa a ser de suma relevância para a empresa. Logo, que seja usada de forma acertada, a fim de alcançar resultados eficazes mediante dados confiáveis e coerentes (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

A standardização faz alusão à implantação de certas ações corretivas cruciais à evolução do processo de eficácia da avaliação dos demonstrativos contábeis. O referido processo de standardização tem o propósito de tornar mais simples o relatório financeiro, o que facilita sua análise, assim como traz resultados mais úteis à empresa. Pode-se salientar que os relatórios sobre liquidez exibem dados críticos a serem avaliados por uma empresa, uma vez que são capazes de certificar a habilidade corporativa de honrar seus compromissos financeiros. Índices de liquidez mensuram a capacidade de solvência da empresa, a qual pode ser analisada em períodos de tempo maiores, menores ou, ainda, imediatos (MARION, 2019).

O Capital Circulante Líquido (CCL) é uma medida de extrema importância, já que exprime a capacidade corporativa em honrar seus compromissos financeiros a curto



prazo, entendido como capital de giro, que corresponde ao comparativo entre o valor que a empresa tem por direito a curto prazo no que concerne aos títulos devidos em mesmo prazo, estimados pela margem entre ativos circulantes e passivos circulantes. Caso o ativo atual exceda o passivo de prazo curto, pode-se afirmar a existência de um CCL positivo, com destaque à empresa poder honrar os compromissos financeiros assumidos a curto prazo. Todavia, caso os ativos circulantes estejam abaixo dos passivos circulantes, haverá um CCL negativo, o que ressalta a situação de a empresa não possuir condições de cumprir os deveres financeiros em curto prazo (LIMEIRA *et al.*, 2015).

A liquidez imediata é um indicativo de a empresa ser capaz, ou não, de realizar os pagamentos atinentes aos custos assumidos ao longo do período anual conforme a necessidade, de forma contígua, recomendando uma parcela de títulos a serem pagos em curto prazo, considerando que a empresa tenha condições de liquidá-los imediatamente. A maior parte das empresas não conserva quantias em caixa, destarte, esse não é um objetivo da maioria das empresas, em função de ser um ativo de operação com rentabilidade restrita. Esse índice é mensurado mediante a divisão do disponibilizado via passivo circulante (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

A análise da liquidez corrente leva em consideração o posto ocupado pela empresa quanto aos seus compromissos financeiros de prazo curto, e é o índice mais importante para validar a condição financeira de uma corporação, exprimindo a existência, ou não, de circunstâncias favoráveis à completa quitação de seus compromissos financeiro a curto prazo. Esse coeficiente é obtido via divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, e à medida que a liquidez corrente aumenta, maior será o potencial da empresa em saldar seus débitos, considerando o capital de giro (LIMEIRA *et al.*, 2015).

Pode-se aferir que o índice geral de liquidez exhibe se a empresa é capaz de efetivar seus compromissos em longo prazo, com destaque à performance financeira de



longo prazo, considerando-se que a empresa pode converter em valores, seja em curto, seja em longo prazo, baseado naquilo que a empresa já assumiu como obrigação financeira. A liquidez geral é estimada via divisão do ativo circulante, somado ao realizável a longo prazo, pelo passivo circulante somado ao exigível a longo prazo (MARION, 2019).

Os índices da estrutura de capital podem ser usados para dimensionar a relação da empresa com o capital de terceiros, assim como o uso do referido capital. Isto posto, quanto menor o índice de estrutura de capital, mais vantajoso é para a empresa. No que tange ao índice de capitais de terceiros, esse exprime o quanto a empresa usa do montante de capital de terceiros relativo ao capital próprio. Calcula-se o índice de participação de capitais de terceiros, ou cognominado grau de endividamento, consoante a divisão do capital de terceiros, multiplicando-se pelo índice cem pelo patrimônio líquido. O resultado mostra a situação em que a empresa está em relação ao capital de terceiros relativo ao capital próprio, arrolando origens financeiras relevantes da empresa: os capitais próprios e os capitais de terceiros (LIMEIRA *et al.*, 2015).

Para calcular o índice de composição do endividamento, de forma a contribuir com a avaliação dos compromissos à vencer em curto prazo, realiza-se a divisão do passivo circulante, multiplicado pelo índice cem, pelo capital de terceiros. Os demonstrativos contábeis podem oferecer variadas informações de valor no que se refere à condição financeira e econômica da empresa. Ao analisar os demonstrativos contábeis, em contrapartida, a conversão de tais dados em informações é capaz de desenvolver conteúdos adequados, assim como a efetividade nos vários procedimentos administrativos da empresa (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Pode-se afirmar que analisar demonstrativos contábeis é uma arte, apesar de contar com teorias estatísticas e usar metodologias científicas para obter dados e informações, considerando-se que, a depender do grau de compreensão teórica,



investigação no âmbito, vivência prática e *feeling*, o profissional pode ser capaz de idealizar análises distintas, mesmo que empregue métodos e realize a leitura de dados similares (SOUZA *et al.*, 2015).

Apesar de as informações contábeis serem trabalhadas de forma matemática, sua análise é conduzida, e não necessariamente produzirá soluções inquestionáveis. Ao realizar uma análise contábil de uma única empresa, não é raro que dois profissionais obtenham interpretações diferentes. É mister reconhecer que a realização de uma análise considera a premissa de que os dois profissionais são dotados de habilidades técnicas adequadas, as quais seriam, de certa maneira, análogas, embora distintas quanto a certas dimensões. Não obstante, é necessário levar em consideração a análise financeira na forma de arte, que parte do princípio de que a arte pode suscitar efeitos e interpretações distintas em sujeitos distintos. De forma invariável, uma análise reunirá a experiência teórica e prática e, maiormente, a percepção, a destreza, o empenho e o discernimento individuais. Deste modo, pode ser assumido que os resultados de uma análise de demonstrativos contábeis são variáveis, uma vez que são dependentes do entendimento e experiência do profissional que realiza tal avaliação (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Avaliar uma empresa é uma ação que apresenta diversos objetivos, entre os quais está a análise de seu desempenho em qualquer grau, de forma a reconhecer pontos positivos e negativos ao longo da sequência de processos financeiros e operacionais, na procura de salientar pontos a serem melhorados nas dinâmicas, quais podem ser convertidos em aprimoramento processual, maiores vantagens competitivas ou ter valor agregado. Nesse ínterim, a análise dos demonstrativos contábeis tem a intenção de fornecer informações embasadas em dados contábeis oferecidos pelas empresas, sua condição financeira e econômica vigente, os motivos pelos quais se determinou o progresso observado e suas tendências no futuro. Isto posto, pode ser presumido que seja útil a obtenção de dados acerca da condição pretérita, presente e futura de uma empresa (IUDÍCIBUS, 2015).



O objetivo de uma análise de demonstrativos contábeis reside, assim, na observação das condições experimentadas e vigentes da empresa, no que se refere aos setores financeiro e econômico, considerando os demonstrativos contábeis como subsídios da tomada de decisão por parte dos administradores. É fato que a análise dos demonstrativos contábeis se atrela, continuamente, ao processo de tomada de decisão. Os profissionais procedem à sua avaliação da empresa com determinados objetivos, definindo a acuidade e o cerne da análise a ser conferida. Destarte, os dados associados à saúde financeira da empresa, correlacionados à sua liquidez e capacidade de sustentabilidade, serão de interesse dos mencionados avaliadores especializados (HOSS; BRAUN, 2018).

Os gestores empresariais, além dos sócios e investidores, bancos, fornecedores, consumidores, concorrência e Estado, são os que mais podem tirar proveito das análises de balanços. Nesse ínterim, a avaliação demonstra ao administrador do ambiente interno da empresa uma avaliação acerca da performance em geral, na forma de um dispositivo para identificar resultados passados e futuros, no que tange às diversas decisões financeiras que são assumidas na rotina organizacional. Afora isso, a análise dos demonstrativos contábeis ainda possibilita aos investidores uma análise acerca do rendimento e da estabilidade dos investimentos efetuados, do mesmo modo que permite aos credores uma análise sobre garantias de capitais emprestados, assim como de retorno em prazos preestabelecidos (MENDES, 2020).

Cabe ressaltar que a análise de demonstrativos contábeis é, de maneira essencial, uma comparação. Quando avaliado isoladamente, um coeficiente não parece ser capaz de oferecer dados acertados e suficientes para uma avaliação eficaz. É mister observar a necessidade de ainda estar ciente da evolução dos resultados experimentados nos últimos períodos, assim como a mensuração da situação em que a empresa se situa em relação aos maiores concorrentes e modelos de mercado (SOUZA *et al.*, 2015).



Os comparativos que examinam os demonstrativos contábeis são apresentados em duas configurações: temporal, a qual constitui-se de resultados originados em prazos antecedentes, de forma geral dos três últimos exercícios da empresa, na qual o ponto mais básico reside no entendimento das tendências verificadas pelos índices de performance e pela não demarcação de uma análise baseada em resultados cingidos em um único prazo; e interorganizacional, associada ao desempenho da empresa no ramo de atividade e perante o mercado, no qual se empregam coeficientes-padrão de mercado, obtidos em artigos publicados no segmento ou, ainda, elaborados pela própria empresa, onde são empregados, de forma comum, como fontes de dados. Nesse caso, podem ser citadas as maiores publicações de coeficientes setoriais: Melhores e Maiores, Estudos Setoriais Serasa, Instituto Assaf, Conjuntura Econômica, dentre outros (LIMEIRA *et al.*, 2015).

Na proposição de se realizar uma avaliação dos demonstrativos contábeis, devem ser averiguadas as informações de demonstrações contábeis, como BP e DRE. Todavia, cabe ressaltar que, para a consonância entre os resultados analisados e a situação temporal experimentada pela empresa, releva-se a relevância de tais informações constantes em demonstrações analisadas como acertadas (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Em suma, a compreensão fundamental referente à análise decorre de procedimentos derivados de segmentos distintos, maiormente, das ciências contábeis, da matemática e da estatística. Isto posto, analisar demonstrativos contábeis pressupõe o uso de metodologias para seu correto desenvolvimento, incluindo análises verticais, horizontais, bem como coeficientes financeiros e econômicos. Em um primeiro momento, é necessário avaliar as informações das demonstrações contábeis, ajustando-as de forma que possam ser impedidos erros importantes no decorrer do processo analítico (SOUZA *et al.*, 2015).



Nesse íterim, os métodos a serem conduzidos incluem o BP, no qual as contas que geralmente necessitam de reclassificação passam a ser as retificadoras duplicatas e saques com desconto de exportação, os quais, a princípio, são considerados empréstimos; resultados de exercícios vindouros, os quais podem ser estimados na forma de patrimônio líquido; demonstrações de resultados, nas quais os custos e os recebimentos financeiros devem ser apartados do conjunto das despesas de operação (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo mostrar a importância das demonstrações contábeis para a tomada de decisões nas empresas. Para tanto, foi desenvolvido um estudo bibliográfico sobre a contabilidade gerencial, suas ferramentas e sua importância na tomada de decisão nestas empresas.

Diante dos levantamentos e das análises realizadas na literatura, observou-se que as demonstrações contábeis e a contabilidade gerencial são, atualmente, de grande valia e de suma importância para auxiliar os gestores na tomada de decisões nas empresas, principalmente nas de pequeno porte, pois estas empresas são fundamentais para a economia brasileira, gerando emprego, renda e contribuindo para o desenvolvimento social da região onde estão inseridas.

Após analisar as ferramentas das demonstrações contábeis e da contabilidade gerencial, não se pode deixar de expor um dos possíveis grandes motivos que contribuem para que empresas de pequeno porte não prosperem no mercado competitivo: acredita-se que, na maioria delas, existe a falta de entendimento e confiabilidade nas informações contábeis que fazem parte do seu dia a dia, ou seja, é necessário que estas organizações entendam que, através da contabilidade gerencial, é possível fazer um planejamento com dados mais concretos, visto que a contabilidade processa toda a transação da empresa.



Observou-se que as empresas com maior rentabilidade são as que conduzem análises pormenorizadas sobre seus demonstrativos contábeis, com o propósito de observar certas informações associadas à modificações de mercado, com vistas aos objetivos de curto, médio e longo prazo e, especialmente, tendo em vista as questões referentes ao meio corporativo interno e externo.

Percebeu-se, através dos estudos aqui levantados, que as demonstrações contábeis consistem em um mecanismo de apoio para a tomada de decisões de qualquer empresa, desenvolvendo-a de maneira estratégica, a fim de torná-la uma ferramenta indispensável aos gestores.

Observou-se que o profissional contábil deve analisar as demonstrações contábeis para interpretar não só o presente da empresa, mas também projetar o futuro dessa entidade, baseando-se não somente nos números, mas também conhecendo o mercado de atuação destas organizações, bem como deve estar atento às mudanças econômicas nacionais e mundiais.

Desta forma, é obrigatório que qualquer fato seja escriturado, para garantir que as informações dispostas no balanço patrimonial sejam corretas e apuradas por meio do livro diário-razão. E entende-se que quanto mais as ferramentas da contabilidade forem utilizadas, maior será a eficiência e eficácia na gestão organizacional, principalmente nas empresas de pequeno porte, que são carentes dessas análises.

Com base na DRE de uma empresa, é possível verificar o torna resultante do investimento da mesma, o qual pode ser de lucro ou de prejuízo. Esse método se caracteriza como uma ferramenta de apoio à tomada de decisões, e vem sendo cada vez mais utilizado pelas empresas para verificar o real desenvolvimento, pois torna possível comparar os resultados entre os anos ou com outras entidades do mesmo ramo de atuação

É possível concluir que, perante as possíveis circunstâncias ou noções negativas para a empresa, a avaliação dos demonstrativos contábeis possibilita aos



administradores os subsídios para os processos decisórios dentro de períodos hábeis para introduzir modificações quanto ao planejamento financeiro e econômico da empresa.

Com base nas pesquisas utilizadas no presente trabalho, pode-se confirmar o valor de elaborar e analisar os demonstrativos contábeis com vistas a uma mais acertada permanência financeira e econômica da empresa diante do mercado. Destarte, mediante o estudo, evidenciou-se o significado de analisar as demonstrações da área contábil como uma ferramenta auxiliar ao processo decisório, de responsabilidade da gestão corporativa.

Isto posto, é possível sugerir, também, que mais pesquisas sejam conduzidas com vistas a refletir sobre a relevância de analisar os demonstrativos contábeis como um dispositivo capaz de colaborar com o processo decisório dos gestores, assim como os mais relevantes autores da área das ciências contábeis, econômica e financeira, tratando dos tópicos associados à análise de demonstrativos contábeis.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BEGALLI, Glaucos Antonio; PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Elaboração e análise das demonstrações contábeis**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis**: estrutura, análise e interpretação. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as sociedades por ações. Brasília: Diário Oficial da União, 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L6404consol.htm. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações contábeis. Brasília: Diário Oficial da



União, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº. 1.196/09**. Aprova a NBC TG 38 (NBC T 19.32) – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Brasília: Diário Oficial da União, 2009. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001196. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **NBC TG 02 (R1)**. Altera a NBC TG 02 que dispõe sobre efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. Brasília: Diário Oficial da União, 2013. Disponível em:

[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2013/NBCTG02\(R1\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2013/NBCTG02(R1)). Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **NBC TG 27 (R3)**. Altera a Altera a NBC TG 27 (R2) que dispõe sobre ativo imobilizado. Brasília: Diário Oficial da União, 2015a. Disponível em: [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTG27\(R3\)&arquivo=NBCTG27\(R3\).doc](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTG27(R3)&arquivo=NBCTG27(R3).doc). Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **NBC TG 04(R3)**. Altera a NBC TG 04 (R2) que dispõe sobre ativo intangível. Brasília: Diário Oficial da União: 2015b.

Disponível em: [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTG04\(R3\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTG04(R3)). Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **NBC TG 33 (R2)**. Altera a NBC TG 33 (R1) que dispõe sobre benefícios a empregados. Brasília: Diário Oficial da União,

2015c. Disponível em: [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTG33\(R2\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTG33(R2)). Acesso em: 19 abr. 2021.

BRIGHAM, Eugene; EHRHARDT, Michael. **Administração financeira: teoria e prática**. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

CARVALHO, Marcia da Silva; GUIMARÃES, Guilherme Otávio Monteiro; CRUZ, Cláudia Ferreira da. **Contabilidade geral: uma abordagem interativa**. São Paulo: Atlas, 2019.

CORDEIRO, Alexander Magno *et al.* Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.



GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12ª ed. São Paulo: Pearson, 2010.

GROPELLI, A. A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração financeira**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2012.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HOSS, Osni; BRAUN, Loreni Maria dos Santos. **Contabilidade avançada: fácil e prática**. [S.l.: s.n.], 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Metodologia Científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LIMEIRA, André Luis Fernandes *et al.* **Gestão contábil financeira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Análise Das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.



MARTINS, Gilberto de Andrade; PINTO, Ricardo Lopes. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. São Paulo: Atlas, 2001.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, Sérgio. **Administração financeira e orçamentária: teoria e questões**. 7ª ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2020.

OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. **Contabilidade de custo para não contadores**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

OYADOMARI, José Carlos Tiomatsu; MENDONÇA NETO, Octavio Ribeiro; DULTRA-DE-LIMA, Ronaldo Gomes; NISIYAMA, Edelcio Koitiro; BRAGA DE AGUIAR, Andson. **Contabilidade Gerencial**. Ferramentas para melhoria de desempenho empresarial. São Paulo – SP: Atlas, 2018.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Demonstrações financeiras**. 4ª ed. SaraivaUni, 2017.

RIBEIRO, Osni Moura. **Noções de demonstrações contábeis**. São Paulo: Editora Érica, 2019.

ROSS, Stephen A. *et al.* **Administração financeira**. 10ª ed. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda., 2015.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisión sistemática x Revisión narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SOUZA, Ailton Fernando de *et al.* **Análise financeira das demonstrações contábeis na prática**. São Paulo: Trevisan Editora, 2015.

SCHIER, Carlos Ubiratan da Costa. **Controladoria: como instrumento de gestão**. Curitiba: Juruá, 2005.

VIANNA, Ilca Oliveira. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: EPU, 2001.



VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paula. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista de Diálogo Educacional**, Curitiba-PR, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014.

Enviado: 15 de março, 2023.

Aprovado: 25 de março, 2023.

¹ Graduada em ciências contábeis. ORCID: 0009-0007-9901-5024.